

DO TRAUMA HISTÓRICO¹

Du trauma historique

Sabina Loriga²

Tradução: Nêvio de Campos e Oriomar Skalinski Junior³



Andrea Jacchia, Bernadotte

1 O original foi publicado na Revista *Passés futurs (Dossier Passés non Maîtrisés)*, Plataforma Política, n. 1, jun. 2017. Disponível em: <http://www.politika.io/fr/notice/du-trauma-historique>. (N. dos T.)

2 Historiadora e diretora de estudos na École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS).

3 Artigo traduzido por Nêvio de Campos e Oriomar Skalinski Junior. Revisão da tradução realizada por Cristiane G. Bachmann.

Diferença entre a alma e as menores partes do corpo. Estas tendem, na flutuação de condições que aparecem e desaparecem, a retornar ao seu estado inicial. A alma, ao contrário, retém as consequências dos influxos recebidos, mesmo após a incidência de influxo de sentido oposto: segundo a bela frase de Schleiermacher, que declara que nela nada perece.

Wilhelm Dilthey

O trauma psíquico

Entre 1870 e 1930, o conceito de *trauma* se enriquece de novos significados. Embora mantenha sua conotação médico-cirúrgica, ele começa a ser utilizado numa perspectiva psicológica, para designar as lesões psíquicas decorrentes de um acontecimento inesperado e de uma violência extrema sobre um sujeito que pode ter a impressão de uma morte iminente.⁴ Na França, Jean-Martin Charcot observa, em suas *Leçons sur les maladies du système nerveux* [“Lições sobre as doenças do sistema nervoso”] (1885-1887), ao analisar sete casos de histeria masculina, que os sintomas histéricos podem ser desencadeados por um “choque” traumático (MICALÉ, 2001). Alguns anos mais tarde, em sua tese intitulada *L’Automatisme psychologique* [“O automatismo psicológico”], Pierre Janet (1889) apresenta vinte e um casos de neurose traumática (LEYS, 2000). O conceito de *trauma* ocupará um lugar central ao longo de todo o desenvolvimento da obra de Sigmund Freud, desde “Estudos sobre a histeria” (1895) até “Moisés e o monoteísmo” (1939).⁵

4 Mark S. Micale e Paul Lerner (2001) sublinham a ligação entre a mudança de significação do conceito e o advento da modernidade. Ver também Michael S. Roth (2011).

5 Na sua reconstrução das diversas concepções do trauma na obra de Freud, Sylvie Dreyfus distingue ao menos três tipos de trauma: o trauma de origem sexual, ligado à castração, que tem uma dimensão elaborativa (1895); o trauma acontecimental, conceituado a partir do fim dos anos 1910; e o trauma coletivo, elaborado ao final de sua obra. Ver Sylvie Dreyfus (2005). [Edições em português das referidas obras de Freud: FREUD, Sigmund. (1895). *Obras Completas, volume 2: Estudos sobre a Histeria (1893-1895)*, em coautoria com Josef Breuer. Tradução de Laura Barreto. São Paulo: Companhia das Letras, 2016; FREUD, Sigmund. (1939). *Moisés e o monoteísmo*. In: FREUD, Sigmund. *Obras Completas, volume 19*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 13-188. As citações de Freud não foram traduzidas por nós. Utilizamos as

A questão logo assume uma dimensão social. O neurologista alemão Hermann Oppenheim [1858-1919] introduz o conceito de “trauma psíquico” para descrever o impacto dos acidentes de trabalho ou dos acidentes ferroviários. A partir do estudo de quarenta e dois casos de neurose, ele propõe uma tese psicogênica: o pavor (em alemão: *Schreck*) pode causar um abalo emocional intenso a ponto de alterar a psiquê de forma duradoura (LERNER, 2001)⁶. No mesmo período, outros médicos estudam os efeitos psíquicos dos abusos sexuais, das violentas convulsões políticas e da guerra.

Os primeiros relatos médicos de lesões psíquicas ocasionadas pelo combate remontam à Guerra Civil Norte-americana (Silas Weir Mitchell) e ao conflito russo-japonês na virada do século (Adam Cygielstreich). Posteriormente, durante a Primeira Guerra Mundial, a psiquiatria militar interessa-se primeiro pelo “choque das trincheiras”, causado pelo terror do bombardeio de artilharia e pelo horror da carnificina dos corpos destruídos por projéteis, minas ou granadas, assim como pela “traumatofobia” (literalmente “medo de ferimentos”) invocada para justificar condenações e execuções por “covardia” diante do inimigo (MOSSE, 2000). Karl Abraham, William Halse Rivers, Ernst Simmel, Sandor Ferenczi e Victor Tausk estavam todos engajados como psiquiatras militares (DOUVILLE, 2014; GAUDILLIÈRE, 2010). Eles prefiguram algumas das reflexões propostas por Freud em *Além do princípio do prazer*:

Há muito se conhece um estado que sobrevém após sérias comoções mecânicas, desastres ferroviários e outros acidentes com risco de vida, ao qual se deu o nome de “neurose traumática”. A terrível guerra que há pouco terminou fez surgir um grande número dessas doenças, e ao menos pôs fim à tentação de atribuí-las a uma lesão orgânica do sistema nervoso, ocasionada por força mecânica. O quadro da neurose traumática avizinha-se ao da histeria por sua riqueza de sintomas motores semelhantes, mas supera-o normalmente nos sinais bastante desenvolvidos de sofrimento subjetivo, como numa hipocondria ou melancolia, e nas evidências de um mais amplo enfraquecimento e transtorno das funções psíquicas. (FREUD, 2010, p. 168)⁷

traduções existentes no Brasil. Portanto, a paginação das passagens indicadas por Sabina Loriga, na versão em português deste artigo, segue a tradução brasileira de Freud. (N. dos T.).

6 A respeito dos traumas psíquicos provocados pelos acidentes ferroviários, consultar as contribuições de Ralph Harrington (2001) e Eric Caplan (2001). Na Alemanha, mas também na França, um conjunto de medidas confere o reconhecimento legal à neurose traumática.

7 No entanto, como mostram Didier Fassin e Richard Rechtman (2007), os grupos desses

A Segunda Guerra Mundial não marca um avanço da reflexão sobre as neuroses de guerra (LEYS, 2000).⁸ Nos anos seguintes, notadamente duas outras dimensões são visadas: de um lado, as consequências psíquicas da experiência do campo de concentração; de outro, a força de sedução psicológica do nazismo.

Bruno Bettelheim foi um dos primeiros a levantar a questão da desintegração da personalidade nos campos. Preso pelos nazistas em maio de 1938, deportado para Dachau e depois, após os Acordos de Munique, para Buchenwald, ele foi libertado em maio de 1939. No artigo “Comportement individuel et comportement de masse dans les situations extremes” [“Comportamento individual e comportamento de massa em situações extremas”], publicado em 1943, ele analisa a lenta evolução do deportado, do trauma original, ligado à ilegalidade da prisão, à perda de autonomia, podendo ir até a identificação com os carrascos. Para descrever as mudanças psíquicas que ocorrem nos campos, ele propõe o conceito de “situação extrema”. Como podemos lê-lo em um texto posterior, publicado no livro *Survivre* [“Sobreviver”]:

Nós nos encontramos em uma situação extrema quando de repente somos arremessados a um conjunto de condições de vida em que nossos valores e antigos mecanismos de adaptação não funcionam mais e alguns deles até põem em perigo as próprias vidas que estavam destinados a proteger. (BETTELHEIM, 1979, p. 24)⁹

Além de pôr em evidência a dificuldade de acreditar na realidade dos campos, Bettelheim igualmente reflete sobre a experiência do sobrevivente. Ela é marcada por uma dupla temporalidade. De um lado, o momento em que ocorre o trauma:

primeiros casos psicanalíticos não foram considerados, e a psiquiatria, que por muito tempo se manteve hesitante, continuou a “desmascarar” os simuladores.

8 É significativo que o documentário *Que se faça luz* (*Let There Be Light*), dirigido por John Huston, que retrata a terapia de alguns soldados traumatizados pela guerra, só tenha sido lançado em 1981. [Produção realizada em 1946. (N. dos T.)].

9 Edição em português: BETTELHEIM, Bruno. *Sobrevivência e outros estudos*. Tradução de Maria Cristina Monteiro. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989. (N. dos T.)

Isto é, a desintegração da personalidade que resulta da detenção em um campo de concentração alemão; essa experiência destruiu totalmente a vida social do indivíduo, privando-o de todos os seus suportes anteriores, tais como sua família, seus amigos, sua posição na vida, ao mesmo tempo que o submetia a um regime extremo de terrorismo e degradação em que os piores tratamentos se misturavam a uma ameaça direta de morte, inescapável e onipresente. (BETTELHEIM, 1979, p. 39-40)¹⁰

De outro lado, as repercussões desse trauma, que perduram por toda a vida: o sobrevivente sente-se culpado por ter sido salvo; como ele pode aceitar a “prodigiosa sorte” de ter sobrevivido?

A questão da força de sedução psicológica do nazismo é abordada por muitos autores: desde o fim da Segunda Guerra Mundial, eles têm questionado as motivações do “amor ao Führer”.¹¹ É nessa perspectiva que, em 1967, os psicanalistas Alexander Mitscherlich e Margarete Mitscherlich (1972, p. 37) escrevem que Hitler era “uma encarnação do eu ideal de todo alemão” e que os processos por crimes de guerra depois de 1945 (notadamente aquele contra Eichmann) mostraram que os nazistas presos não tinham sofrido nenhum choque particular (nenhuma depressão, nenhum arrependimento ou desespero). De acordo com seu diagnóstico, a nova sociedade alemã se assenta em um “recalque coletivo das memórias do Terceiro Reich”. Longe de cair na melancolia, os alemães retiraram as “energias de investimento” de todo o período nazista. Em vez de procurar “as razões psicológicas pelas quais nos tornamos apoiadores de um ‘guia’ que apenas nos levou à mais grave catástrofe material e moral de nossa história”, eles consagraram toda sua energia à reconstrução econômica e industrial do país. Em suma, os alemães consumaram uma “desrealização”: o passado “cai no esquecimento, como um sonho” (MITSCHERLICH; MITSCHERLICH, 1972, p. 37).¹²

Nos anos 1970, 1980 e 1990, a questão da “síndrome do sobrevivente” é cada vez mais apreciada fora do estrito campo clínico, a fim de explicar a experiência dos sobreviventes, assim como das vítimas indiretas das ações genocidas do século XX, que não vivenciaram o acontecimento traumático,

10 Ver também Ernest A. Rappaport (1968).

11 Ver, entre outras, a pesquisa sobre o indivíduo potencialmente fascista, de Theodor W. Adorno, Else Frenkel-Brunswick, Daniel Levinson e Nevitt Sanford (2007). [Edição em português: ADORNO, Theodor W. et al. *Estudos sobre a personalidade autoritária*. São Paulo: Unesp, 2019]; ou a de David Riesman (1964).

12 Consultar igualmente Lothar Baier (1985).

mas foram esfaceladas pela massividade da perda. Trata-se de uma mudança fundamental, ao menos por duas razões: o trauma assume simultaneamente uma dimensão coletiva e hereditária. Partindo de sua própria experiência, Helen Epstein investiga outras pessoas da segunda geração, ou mesmo da terceira, que absorveram o trauma de seus pais através de uma espécie de osmose silenciosa (EPSTEIN, 2012; VEGH, 1979; ZAJDE, 1995). Marianne Hirsch (1992), por seu turno, cunhou o termo *pós-memória* para descrever a relação que a “geração seguinte” mantém com o trauma cultural, coletivo e pessoal vivido por aqueles que a precederam. Pouco a pouco, a questão da transmissão intergeracional (que ocorre entre as gerações em contato e é exercida em ambas as direções, descendente e ascendente) e transmissão transgeracional (que é exercida na direção descendente entre as gerações a distância) torna-se central. Relacionada com sua experiência de filha de pais que sobreviveram ao genocídio armênio em 1915, Janine Altounian (1990, 2000, 2009) abre uma rica reflexão coletiva sobre a herança do trauma. Descobrimos que o horror vivido e secreto pode se repetir: ele atravessa o tempo, passando de maneira implícita e indireta através das gerações, a saber, entre gerações que coexistem, mas também entre gerações que nunca conviveram (VILLA; WEIL, 2011). Podemos constatar que o trauma pode reavivar a história das gerações precedentes: por exemplo, os traumas vividos durante a guerra civil argelina, iniciada em 1992, fazem ressurgir outros traumas, originários da guerra colonial, reprimidos e não tratados (CHERKI, 2002).¹³ Em suma, como Françoise Davoine e Jean-Max Gaudillière sublinham, a história individual incorpora as fendas e as feridas da história mundial; por essa razão, as histórias singulares só podem começar a ser contadas em conexão com a grande história, também do lado do analista (DAVOINE; GAUDILLIÈRE, 2006; DAVOINE, 2008).

É nessa perspectiva que os psicanalistas na América do Sul investigam a origem e o impacto das ditaduras militares no equilíbrio e no funcionamento psíquico. O que se passa quando aqueles que devem proteger e impor a lei são os que detêm um poder mortífero? Quais são as consequências da irrupção da violência estatal na história do sujeito? Em que o trauma assim criado difere daquele conhecido na prática comum da psicanálise? Sua reflexão questiona o pensamento dicotômico, próprio da psicanálise ortodoxa, que “levanta um muro que, como no jardim dos Finzi-Contini, separaria a sessão da cidade” (VIGNAR, 1989, p. 46).

Em contrapartida, no mesmo período, a reflexão sobre a personalidade autoritária desvaneceu-se. Ela poderia ter contribuído para

13 Ver também: *NAOD, Revue d'études et de critique sociale. Dossier: L'Expérience traumatique*. Algérie, n. 18, 2003.

analisar os autores de atrocidades em outros contextos históricos. Esse não foi o caso. Ao contrário, a questão da submissão às ordens logo assume um significado totalmente novo. Graças à pressão dos veteranos da Guerra do Vietnã, a Associação Americana de Psiquiatria reconhece oficialmente em 1980 o *Post-Traumatic Stress Disorder* (PTSD)¹⁴. Como Didier Fassin e Richard Rechtman mostram, trata-se de uma revolução conceitual:

Em relação à neurose traumática, a inversão é completa. Não há mais necessidade de procurar uma personalidade frágil, pois os sintomas são a reação normal – no sentido estatístico – ao acontecimento. Não é mais necessário explorar um trauma inaugural, uma vez que só o acontecimento é suficiente para produzir os distúrbios. Não há mais nenhuma dúvida sobre a sinceridade da pessoa traumatizada: ela é *a priori* crível. Não se questiona mais sobre os benefícios secundários: o diagnóstico dá o direito a uma justa reparação. (FASSIN; RECHTMAN, 2007, p. 120)¹⁵

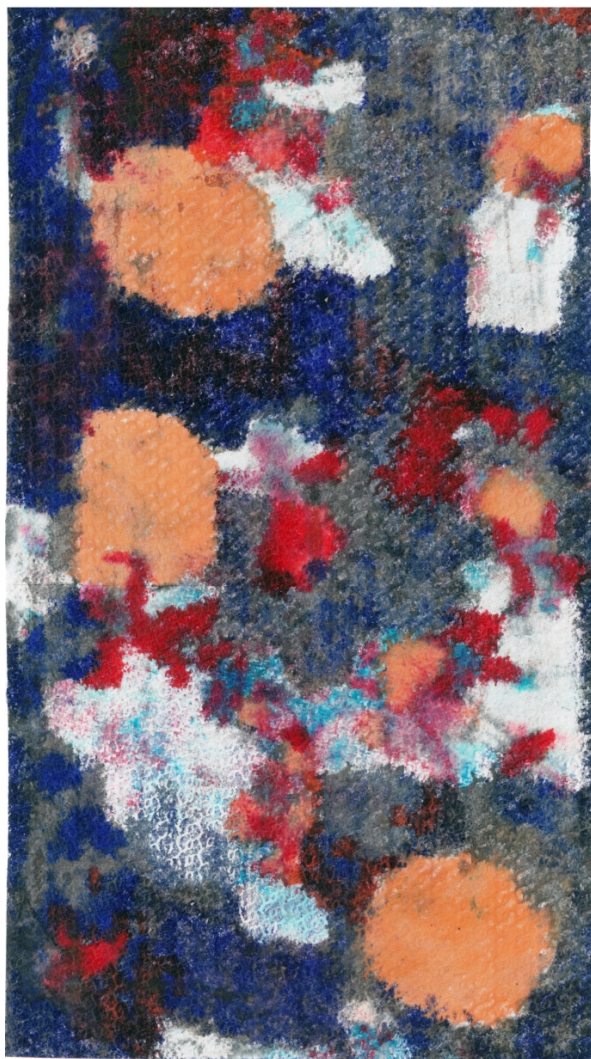
Além do mais, em relação à análise dos Mitscherlich, ocorre uma transformação fundamental, pois os autores das atrocidades são equiparados às vítimas: longe de serem responsáveis por seus crimes, eles também podem ser considerados como indivíduos traumatizados pelo que a guerra fez deles.¹⁶

14 O transtorno de estresse pós-traumático foi inscrito no *DSM III (Diagnosis and Statistical Manual of Mental Disorder)*, com o diagnóstico: “*reexperiencing symptoms*”. Ver Allan Young (1995).

15 Didier Fassin e Richard Rechtman igualmente mostram a convergência nesse ponto entre os veteranos de guerra e os movimentos feministas, preocupados com o reconhecimento dos traumas ligados aos abusos sexuais.

16 Como recordam Didier Fassin e Richard Rechtman (2007), nessa ocasião o psiquiatra americano Robert Lifton volta ao caso do único soldado que se recusou a participar do massacre de My Lai, para dizer que, mesmo que sua reação possa parecer mais justa, ela não havia sido “normal”. Por sua vez, Jonathan Shay (1994) vê na PTSD uma reação adaptativa, e não uma patologia.

Banalização da noção



Andrea Jacchia, *Associations libres*

Longe de ser o resultado exclusivo de uma reflexão médica especializada, o conceito de *trauma*, ou de *trauma psíquico*, nasce na esteira de certos acontecimentos históricos e se desenvolve nas fronteiras da psicologia, das ciências sociais e do direito (as sequelas de uma situação traumática podem desencadear um pedido de reparação). Como Didier Fassin e Richard Rechtman destacam:

o trauma não pertence apenas ao léxico psiquiátrico, ele se inscreve no senso comum. Ele constitui uma nova linguagem do acontecimento. [...] é o produto de uma mobilização de atores, profissionais da saúde mental, defensores da causa das vítimas em particular, e mais amplamente de uma reestruturação dos fundamentos cognitivos e morais de nossas sociedades, pondo em jogo a relação com o infortúnio, com a memória, com a subjetividade. (FASSIN; RECHTMAN, 2007, p. 18)

Nas últimas décadas, esse conceito tem estado nas “manchetes”, a ponto de Shoshana Felman definir o século vinte como “o século do trauma” (FELMAN, 2002, p. 171). Ele nutre o debate político, numerosos textos literários, bem como obras de arte (AHPHEN, 1997; BENNETT, 2005; KAPLAN; WANG, 2004; GIGLIOLI, 2011; BANKERT, 2013). É cada vez mais utilizado pelas ciências sociais: revistas, colóquios, monografias e departamentos universitários se dedicam ao trauma. Atualmente, existe até mesmo uma disciplina chamada Trauma Studies [“Estudos sobre o trauma”] e uma revista intitulada *Journal of Literature and Trauma Studies*.

Diversas abordagens contribuíram para o sucesso desse conceito. Ele foi preconizado pela primeira vez em dois textos seminais pelos fundadores dos Archives Fortunoff de Yale [Arquivos Fortunoff de Yale]: o psiquiatra Dori Laub, que foi deportado por dois anos para um campo de concentração na Romênia, e o crítico literário Geoffrey Hartman, que, em 1939, deixou a Alemanha em um *Kindertransport*¹⁷. Laub traz ao debate o estilçamento dos quadros espaciais e temporais vividos pelos sobreviventes da Shoah:

Embora real, o acontecimento traumático ocorreu fora dos

17 O “transporte de crianças” designa a operação de esforço humanitário ocorrida entre 1938 e 1940 por meio da qual milhares de crianças, em sua grande maioria judias, foram conduzidas para fora dos territórios dominados pelos nazistas, tendo como destino o Reino Unido. (N. dos T.)

parâmetros da realidade “normal” tais como causalidade, sequência, lugar e tempo. O trauma é, portanto, um evento que não tem início nem fim, nem antes, nem durante, nem depois. A ausência de categorias que o definam lhe confere uma qualidade de “alteridade”, uma saliência, uma intemporalidade e ubiquidade que o coloca fora do alcance [...] da compreensão, da narrativa e do controle. Os sobreviventes de traumas vivem não com as memórias do passado, mas com um acontecimento que não podia proceder e não procedeu ao seu termo, que não tem fim, [...] e, portanto, [...] continua no presente. (LAUB, 1992, p. 69)

Nessa mesma perspectiva, Hartmann relembra que o acontecimento traumático é registrado antes que vivenciado: ele contorna a percepção e a consciência, para “cair” diretamente na psiquê. Por essa razão, a experiência traumática não pode tornar-se inteiramente consciente, na medida em que não pode ser recuperada ou comunicada sem distorção. Ela cria um excesso de sentido que escapa aos mecanismos habituais do conhecimento. Trata-se de um conhecimento desconhecido (“*not-knowing Knowledge*” – “conhecimento não conhecedor”), que não pode ser apreendido por uma representação “realista” (HARTMANN, 1995).

O conceito de *trauma* foi, em seguida, retomado em uma perspectiva literária, particularmente por críticos desconstrucionistas, para os quais toda a cultura é que está traumatizada. A partir do diagnóstico formulado por Theodor W. Adorno, segundo o qual a ideia de uma cultura ressuscitada após Auschwitz é um engodo, e retomando a estratégia interpretativa de Paul de Man, Cary Caruth faz do trauma a chave interpretativa para ler a sociedade atual, nascida da Shoah: “Em uma era catastrófica, o trauma pode fornecer o elo entre culturas: não como uma simples compreensão do passado dos outros, mas antes nos traumas da história contemporânea, como nossa capacidade de ouvir através das distâncias que todos nós tomamos de nós mesmos” (CARUTH, 1996, p. 11). A autora afirma tanto “a verdade do acontecimento quanto a verdade de sua incompreensibilidade”. Do seu ponto de vista, o trauma representa uma extraordinária ocasião de autenticidade, pois só podemos perceber a realidade quando nossos sistemas culturais de significação se desintegram: “Pois, para a história, ser uma história do trauma significa que ela é referencial precisamente na medida em que não é totalmente percebida quando ela se produz; em outros termos, que a história só pode ser apreendida na própria inacessibilidade de sua ocorrência” (CARUTH, 1996, p. 18). Assim, a história deveria renunciar sua dimensão referencial para situar-se no indizível do trauma:

Gostaria de sustentar que é neste ponto, no encontro igualmente frequente e desconcertante com o trauma – tanto em sua presença como na tentativa de compreendê-lo –, que podemos começar a reconhecer a possibilidade de uma história que já não se reivindica como referencial (ou seja, não mais assentada em modelos simples de experiência e referência). Graças à noção de *trauma*, [...] podemos compreender que uma revisão de referência não tem o fito de eliminar a história, mas substituí-la em nosso entendimento, permitindo precisamente que a *história* surja onde a *compreensão imediata* não pode dar-se. (CARUTH, 1996, p. 11)

Essa proposta generaliza hiperbolicamente a noção de *trauma*. Como observa o historiador Dominick LaCapra (2001), o trauma tornou-se uma obsessão ou uma ocasião para amálgamas ou confusões questionáveis – começando pela ideia de que a cultura contemporânea, ou mesmo toda a história, seria essencialmente traumática, ou por aquela que considera que depois da Shoah cada um é um sobrevivente.¹⁸ Além disso, apesar de suas numerosas referências psicanalíticas (notadamente a Freud e Lacan), ela inaugura uma despsicologização da experiência traumática: o trauma deixa de ser concebido como um mal-estar psíquico vivido por indivíduos de carne e osso, para tornar-se um processo cultural geral.

Também os estudos sobre memória coletiva contribuíram para a difusão do conceito de *trauma*. Na esteira de Kai Erikson, que definiu o trauma coletivo como “um duro golpe nos tecidos de base da vida social que deteriora os laços que unem as pessoas e altera o senso de comunalidade” (ERIKSON, 1976, p. 153-154), os autores de *Cultural Trauma and Collective Identity* [“Trauma cultural e identidade coletiva”] veem o trauma como uma ferida dramática da identidade coletiva. Segundo Jeffrey Alexander (2004, p. 1), “os traumas culturais ocorrem quando os membros de uma comunidade sentem que foram submetidos a um acontecimento horrível que deixa traços indelévels em sua consciência de grupo, marcando suas memórias para sempre e mudando sua identidade futura de forma fundamental e irreversível”. Ele critica a abordagem acontecimental – que sublinha as qualidades extraordinárias do acontecimento traumático – e se distancia da abordagem psicanalítica, para enfatizar que, longe de existir naturalmente, o trauma é uma construção social: ela pode ocorrer em tempo real, à medida que um

18 Dominick LaCapra critica também a confusão entre trauma estrutural ou trans-histórico e trauma histórico. Ver ainda Wulf Kansteiner e Harald Weinböck (2008).

evento acontece; também pode preceder o acontecimento ou segui-lo, como uma reconstrução *post-hoc*. “Algumas vezes, de fato, os acontecimentos profundamente traumatizantes não são realmente produzidos na realidade; eventos imaginários podem ser tão traumatizantes quanto aqueles que realmente aconteceram” (ALEXANDER, 2004, p. 8).

Para Neil Smelser, o trauma cultural é um gênero particular de memória coletiva que corresponde a:

uma memória aceita e publicamente reconhecida por um grupo significativo de membros, além de evocar um acontecimento ou uma situação que é: a) carregado(a) de efeitos negativos; b) percebido(a) como indelével; e c) visto(a) como ameaçador à existência da sociedade ou violador de algumas de suas pressuposições culturais fundamentais (...). (SMELSER, 2004, p. 44)

Assim, o trauma não implica necessariamente uma experiência direta, em primeira mão. Pode ser fruto de pura imaginação: esse princípio explicaria por que indivíduos que leem livros ou assistem a filmes comoventes ou assustadores podem ficar temporariamente traumatizados. Ron Eyerman analisa o trauma da escravidão, não como uma instituição ou uma experiência, mas enquanto memória coletiva, uma forma de lembrança fundacional:

O trauma da servidão forçada e da subordinação quase completa à vontade e ao capricho de outro não era, portanto, necessariamente algo vivido diretamente por muitos dos sujeitos desse estudo, mas foi central para suas tentativas de forjar uma identidade coletiva a partir de sua memória. Nesse sentido, a escravidão foi traumatizante de maneira retrospectiva, e formou uma “cena primitiva” que, potencialmente, uniria todos os “afro-americanos” dos Estados Unidos, independentemente de eles mesmos terem sido escravos. (EYERMAN, 2004, p. 60)

Bernhard Giese (2004) retoma a definição de “trauma da vergonha”, tal qual exposta por Aleida Assmann (2003), e a aplica ao contexto alemão: ao passo que as vítimas sofrem com suas lembranças, que lhes impõem sem cessar a visão de experiências extremamente dolorosas, os perpetradores

padecem por serem forçados a se lembrar.¹⁹

Por sua vez, Piotr Sztompka (2004) expande ainda mais o conceito de *trauma*, pois identifica quatro fontes do trauma: a intensificação dos contatos interculturais, provocados pelo colonialismo, pelo proselitismo religioso, pela globalização; o aumento da mobilidade espacial; a mudança das instituições fundamentais do ponto de vista econômico, político ou tecnológico (urbanização, industrialização, democratização, advento de novas tecnologias); as transformações de crenças ou ideologias, incluindo a revisão de certos mitos nacionais (como a descoberta do massacre dos *nativos* pelos americanos ou os horrores cometidos pela União Soviética, mas também a revisão crítica da interpretação da Revolução Francesa proposta por François Furet!).

De modo mais geral, uma breve busca no banco de dados *Jstor* mostra a progressiva afirmação do termo *trauma*.²⁰

Tabela 1 – JSTOR: recorrência do termo *trauma* (no texto integral),
5 de junho de 2016

Disciplina	Nº de títulos de revistas	Nº de artigos
African American Studies	25	585
African Studies	75	1036
American Studies	136	1886
Anthropology	135	2117
Asian Studies	170	1881
Feminist & Women Studies	43	1587
Film Studies	24	770
History	495	5081
Irish Studies	63	519
Jewish Studies	72	967
Language and Literature	447	10326
Latin American Studies	77	1271
Middle East Studies	86	705
Philosophy	149	1442
Political Science	245	4465
Psychology	42	1786
Religion	164	2024
Sociology	202	3815

19 Para Aleida Assmann, o trauma permanece na exposição da vergonha aos olhos da opinião pública mundial, como afirma Thomas Mann (apud ASSMANN, 2003, p. 178), em uma passagem de *Doutor Fausto*: “nossa ignomínia se espalha abertamente aos olhos do mundo”. O conceito de *trauma da vergonha* ressurge na discussão sobre o silêncio de Günter Grass a propósito de seu engajamento em outubro de 1944 na Waffen-SS (ver Thomas Serrie, 2007).

20 Evidentemente, os quadros têm apenas um valor indicativo, porque o número de revistas científicas aumentou muito desde a década de 1980.

Tabela 2 – JSTOR: recorrência do termo trauma na disciplina “história”
(495 títulos) (no texto integral), 5 de junho de 2016

Período	Resultado
1912 - 1945	12
1946 - 1955	19
1956 - 1965	68
1966 - 1975	262
1976 - 1985	604
1986 - 1995	885
1996 - 2005	1526
2006 - 2015	1692

Tabela 3 – JSTOR: recorrência do termo trauma, nos artigos, na disciplina
“sociologia” (202 títulos) (no texto integral), 5 de junho de 2016

Período	Resultado
1912 - 1945	40
1946 - 1955	42
1956 - 1965	84
1966 - 1975	219
1976 - 1985	422
1986 - 1995	614
1996 - 2005	1432
2006 - 2015	1156

Tabela 4 – JSTOR: recorrência do termo trauma, nos artigos, na disciplina “an-
tropologia” (202 títulos) (no texto integral), 5 de junho de 2016

Período	Resultado
1912 - 1945	40
1946 - 1955	32
1956 - 1965	44
1966 - 1975	93
1976 - 1985	209
1986 - 1995	362
1996 - 2005	702
2006 - 2015	634

Nos artigos analisados, os acontecimentos definidos como *traumáticos* são muito variados: as perseguições (a Shoah, o genocídio armênio, o conflito na ex-Iugoslávia etc.); a Reforma Protestante; as revoluções; o comércio de escravos; a colonização; as guerras (a Guerra da Secessão, a Primeira Guerra Mundial, a Guerra Greco-Turca de 1919-1922, a Segunda Guerra Mundial etc.); a explosão nuclear em Hiroshima e Nagasaki;

crises econômicas (a Grande Depressão); as catástrofes naturais; o *apartheid*; os fenômenos históricos gerais (modernização, globalização etc.) e também a derrota do nazismo... A difusão do termo pode envolver três deslocamentos semânticos fundamentais: o responsável, o cúmplice ou o “espectador” da violência também tem o direito de ser considerado um sujeito traumatizado; o trauma não está necessariamente ancorado na experiência vivida; longe de ser desencadeado pelo pavor, é determinado por uma humilhação coletiva (NEAL, 1998; SCHIVELBUSCH, 2001).

Sem dúvida, a difusão da noção de *trauma* indica que nos tornamos mais sensíveis à maneira como os acontecimentos históricos afetam a vida dos homens e das mulheres, às vezes perturbando gravemente suas capacidades de pensamento e de simbolização (WINTER, 2001). Todavia, a facilidade com a qual atualmente se utiliza a noção de *trauma* é preocupante. Um rápido levantamento das ocorrências recentes nas ciências sociais nos dá a impressão de que o número de acontecimentos traumáticos não cessa de aumentar e que empregamos os termos *trauma*, *luto*, *exílio* e *resiliência* como se fossem autoexplicativos. Não haveria nisso um alargamento impreciso do termo, o risco de banalização ou até mesmo de estetização da realidade do trauma? A questão merece ser examinada cuidadosamente, visto que essa patologização da história parece suscitar uma cobertura midiática considerável. Estamos assim adstritos entre duas ideias estereotipadas: o trauma como uma verdade incompreensível e irrepresentável, de um lado; e o trauma como uma experiência imediatamente reconhecível, memorável e nominável, de outro lado.²¹ Essas maneiras de conceber o trauma suscitam várias questões. Gostaria de apontar três delas.

21 Daí a difusão das técnicas de “*déchoquage*”, “*debriefing*” ou “*defusing*”, visando pôr “os males em palavras”, de maneira a “obter muito rapidamente a ab-reação em sujeitos que sofreram um trauma e uma espécie de cura em relação ao acontecimento” (ver as ideias de Alain Vanier em Catherine Saladin, 2003).

O trauma histórico



Andrea Jacchia, *Retour à Ithagues*

Antes de tudo, existiriam elementos específicos que seriam próprios

do trauma histórico? Este compartilha uma série de aspectos com a catástrofe natural: o colapso brutal do mundo ordinário; um sentimento generalizado de insegurança; a iminência da morte; a perda de ancoragens familiares; a desorientação espacial e temporal. Todavia, talvez haja uma diferença importante entre eles: o trauma histórico aniquila a proibição do assassinato (ZALTZMAN, 1999). Ele degrada a condição humana, mostrando a força de nossas tendências destrutivas. A vontade de destruição intencional e metódica revela a impotência da cultura e solapa a imagem ideal da humanidade.²² A degradação se manifesta em três escalas diferentes: humanidade, comunidade e individualidade.

Já em 1937, Ernst Simmel, um dos fundadores do Berliner Psychoanalytisches Institut [Instituto Psicanalítico de Berlim], observava que, além de experienciar uma situação de perigo extremo durante a Primeira Guerra Mundial, o soldado havia presenciado (ou até mesmo integrado?) a ultrapassagem das barreiras morais:

Fiquei impressionado com a força das tendências destrutivas dos seres humanos que causaram não só a terrível devastação do continente europeu, mas também uma incalculável assolação da alma humana. A estrutura libidinal da psiquê foi, por assim dizer, destroçada pela tempestade de destruição que havia derrubado as barreiras da consciência, devido às mudanças nas condutas morais durante a guerra. [...] Após a guerra, não pude livrar-me da impressão da aterrorizante força interior que constringe os seres humanos a destruírem a si mesmos ou uns aos outros. (SIMMEL, 2007, p. 58)

Por sua vez, Primo Levi testemunha como o primeiro contato com a realidade do campo de concentração rompe todos os laços de comunidade e solidariedade – até mesmo no microgrupo de referência. É a traição por parte dos seus:

Meus camaradas não eram políticos, eram a escória da terra,

²² Já em 1915 Freud fala da Primeira Guerra Mundial como fonte de decepção: “[...] jamais um acontecimento destruiu tantos bens preciosos da humanidade, [...] degradou tão radicalmente o que era elevado” (FREUD, 2010, p. 210). [Edição em português: FREUD, Sigmund. Considerações atuais sobre a guerra e a morte. In: FREUD, Sigmund. *Obras completas, volume 12*. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. p. 209-246. (N. dos T.)].

eram infelizes que haviam sofrido contínua perseguição nos cinco anos precedentes. [...] Era esse material humano que havia ao meu redor. Entre esses infelizes não havia solidariedade, não havia nada disso; e essa falta foi o primeiro e mais forte trauma. Ingenuamente, eu e aqueles que viajaram comigo pensamos: “por pior que seja, encontraremos camaradas”. Isso se revelou falso. Encontramos inimigos, não camaradas. (CAMON, 1991, p. 27)²³

É também por esse motivo que logo o sobrevivente se sente solitário. Dori Laub e Nanette C. Auerhahn escreveram que a dificuldade de comunicação não concerne apenas à relação do sobrevivente com os outros, mas também do sobrevivente consigo mesmo:

Nessa forma de memória traumática, o centro da experiência não está mais no “eu” que experiencia. Os acontecimentos se produzem em algum lugar, mas não estão mais ligados ao sujeito consciente [...] Esse duplo estado de saber e não saber deixa o sobrevivente em sofrimento, não apenas pelos entes queridos que sucumbiram, mas também pelas lembranças que ele perdeu. A ausência de informação impede a ativação do desespero que acompanharia a lembrança, mas deixa o sobrevivente sozinho e desconhecido de si mesmo. (LAUB; AUERHAHN, 1993, p. 290)

Às vezes a agressão da vida e o colapso da confiança nos outros andam de mãos dadas com a descoberta de sua própria dimensão alheia à moral. A realidade do campo de concentração reverbera no interior de cada um. Assim, o indivíduo se comporta de uma forma que ele próprio não pode subscrever. Primo Levi se recorda: “era verão, durante um período de bombardeio, fazia muito calor e eu tinha encontrado água, um canal. Havia três ou quatro litros, e eu só tinha dito a um amigo, não aos outros. Sentia-me culpado por isso; por outro lado, se eu tivesse dito a todo mundo, não haveria água suficiente para todos” (LEVI, 2000, p. 216).²⁴ Além de sofrer violência, a vítima pode ser forçada a participar da violência contra os outros.

23 Sobre a redução do sujeito singular a elemento isolado e anônimo, ver René Kaës (1989).

24 Ver também Simon Korff-Sausse (2000).

A memória traumática



Andrea Jacchia, Coup d'œil

Segunda questão: que espécie de memória é trazida pela experiência do trauma? A esse respeito, gostaria de assinalar uma controvérsia conceitual importante concernente à ideia de “memória traumática”.

Na tradição psicológica, o conceito de *trauma* está geralmente ligado a um transtorno da memória. Charcot (1872-1883) escreveu que o “choque” traumático provoca uma dissociação da consciência: por conseguinte, a memória permanece inconsciente. Pierre Janet (1889), por sua vez, salienta a desagregação da consciência que parece caracterizar os pacientes traumatizados, assim como a presença de ideias fixas, uma vaga lembrança do acontecimento traumatizante. Essa ideia foi então elaborada pela psicanálise, para a qual a cena traumática está sujeita à amnésia. Na obra de Freud, o conceito de *trauma* conhece, conforme avançam suas reflexões, importantes rearranjos, particularmente no que concerne a sua dimensão real ou fantasmática.²⁵ No entanto, ele sempre permaneceu sensível à ideia de que a experiência emerge em função de algo impossível de dizer, de algo impossível de suportar, de um recalque primário, ou originário, sob apagamento, e que toma um sentido que lhe permanece de algum modo alheio. Nessa perspectiva, há de fato um acontecimento que desencadeia o trauma, mas esse evento se desenrola sobre uma temporalidade bastante complexa.

Com a noção de *efeito a posteriori* (*Nachträglichkeit*²⁶), formulada no ano de 1896 em uma carta a Wilhelm Fliess, Freud indica que o trauma segue um processo de estratificação temporal, assentado em dois tempos:

[...] tentarei fazer-lhe um relato simples da última especulação. Como você sabe, estou trabalhando com a hipótese de que nosso mecanismo psíquico tenha-se formado por um processo de estratificação: o material presente sob a forma de traços mnêmicos fica sujeito, de tempos em tempos, a um rearranjo, de acordo com as novas circunstâncias — a uma retranscrição.

25 Em uma célebre carta a Wilhelm Fliess, de 21 de setembro de 1897, Freud concede um poder traumatogênico à fantasia. Essa perspectiva, que abre a possibilidade de não haver correspondência direta entre realidade histórica e lembrança, é questionada após a Primeira Guerra Mundial. Em *Além do princípio do prazer*, analisando os pesadelos dos soldados, Freud explica que a neurose traumática se desenvolve quando um acontecimento violento e repentino causa o pavor (o sinal de ansiedade não permite mais que o Eu se proteja da violação).

26 O conceito de *Nachträglichkeit*, historicamente, ganhou importante visibilidade no meio psicanalítico francês, que expandiu seu significado e aplicação. Esse movimento notabilizou, até mesmo internacionalmente, a expressão *après-coup* para designar o efeito conectado ao trauma, nos termos de sua posterior significação e elaboração simbólica, a partir do inicialmente teorizado por Sigmund Freud. A opção aqui assumida na tradução do conceito para o português foi a de “efeito a posteriori”, conforme a proposição elaborada por Paulo César de Souza. SOUZA, Paulo César. *As palavras de Freud: o vocabulário freudiano e suas versões*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. (N. dos T.)

Assim, o que há de essencialmente novo em minha teoria é a tese de que a memória não se faz presente de só uma vez, e sim ao longo de diversas vezes, e que é registrada em vários tipos de indicações. [...] Gostaria de enfatizar o fato de que os registros sucessivos representam conquistas psíquicas de fases sucessivas da vida. Na fronteira entre duas dessas fases é preciso que ocorra uma tradução do material psíquico. [...] Uma falha de tradução — eis o que se conhece clinicamente como “recalcamento”. (FREUD, 1986, p. 208-209)

O acontecimento primário é então trazido à memória por outro evento aparentemente banal: a saber que, em um contexto histórico e subjetivo posterior, o indivíduo retrabalha os acontecimentos passados, dando-lhes uma nova significação. Por meio da noção de *efeito a posteriori*, Freud destaca que um segundo momento traz à tona o que ocorreu, mas não podia ser posto em palavras.²⁷

Outro autor clássico, ainda que tenha sido ignorado por muito tempo, Sandor Ferenczi sublinha o peso dos acontecimentos externos nas neuroses traumáticas. Ele escreve:

são sempre reais perturbações e conflitos com o mundo externo, que são traumáticos e têm um efeito de choque, que dão o primeiro impulso à criação de direções anormais de desenvolvimento; estas sempre precedem a formação das potências psíquicas neurogênicas, por exemplo, como aquelas da consciência moral (...). (FERENCZI, 1927-1933, p. 93)²⁸

27 Como escreve ele sobre o caso de Emma (*L'Esquisse, Naissance de la Psychanalyse*, chapitre “Psychopathologie de l'hystérie”) [*Projeto para uma psicologia Científica* (1895), no capítulo “Psicopatologia da Histeria”], o acontecimento primário é uma condição do trauma, mas desenvolve seu potencial traumático apenas na sequência de outros eventos sucessivos. [Registre-se que o *Projeto para uma psicologia científica* (1895) tem publicação no Brasil, no volume 1 da Edição Standard Brasileira das *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Esta é objeto recorrente de críticas, sobretudo por não ser uma tradução direta do alemão, mas sim vertida ao português a partir da versão inglesa: *The Standard Edition of the Complete Psychological Works of Sigmund Freud*, comentada e anotada por James Strachey, em colaboração com Anna Freud. Ver: FREUD, Sigmund. (1895). Projeto para uma psicologia científica. In: FREUD, Sigmund. *Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, volume 1*. Tradução sob direção geral de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 333-454. (N. dos. T.)].

28 A respeito da divergência entre Sigmund Freud e Sandor Ferenczi, ver Thierry Bokanowski (2001).

O trauma (especialmente o precoce) desestabiliza seriamente a capacidade de pensamento e simbolização. Como consequência, seu cenário fica inacessível: o indivíduo traumatizado consegue concebê-lo intelectualmente, mas ao mesmo tempo duvida de sua existência. O acontecimento traumático é, desse modo, acompanhado de uma amnésia relativa. Embora reconheça a estreita ligação entre o choque psíquico e a realidade externa, Ferenczi acredita que o trauma é bifásico. Ele se estrutura em duas etapas: o evento traumático propriamente dito e a negação, o silêncio dos outros, que, às vezes por razões benevolentes, evitam nomear o caráter traumático do acontecimento. Outra sugestão importante relativa à estratificação temporal vem de Masud Khan, que observa que o trauma também pode fazer parte do ordinário. Nesse caso, os danos desorganizadores derivam de um acúmulo no longo prazo de microtraumas cumulativos, que operam na longa duração (KHAN, 1976, p. 69-99). Estes, resultantes da exposição iterativa e tóxica a eventos negativos, decorrente da ausência de um ambiente capaz de construir uma confiança de base, podem ser “invisíveis”.

Nas últimas décadas, a literatura nos forneceu relatos pontuais sobre a perturbação da memória provocada por traumas históricos. Vejamos dois exemplos famosos. Georges Perec começa *W ou le souvenir d'enfance* [*W ou a memória da infância*], livro que combina ficção e autobiografia, com uma célebre declaração:

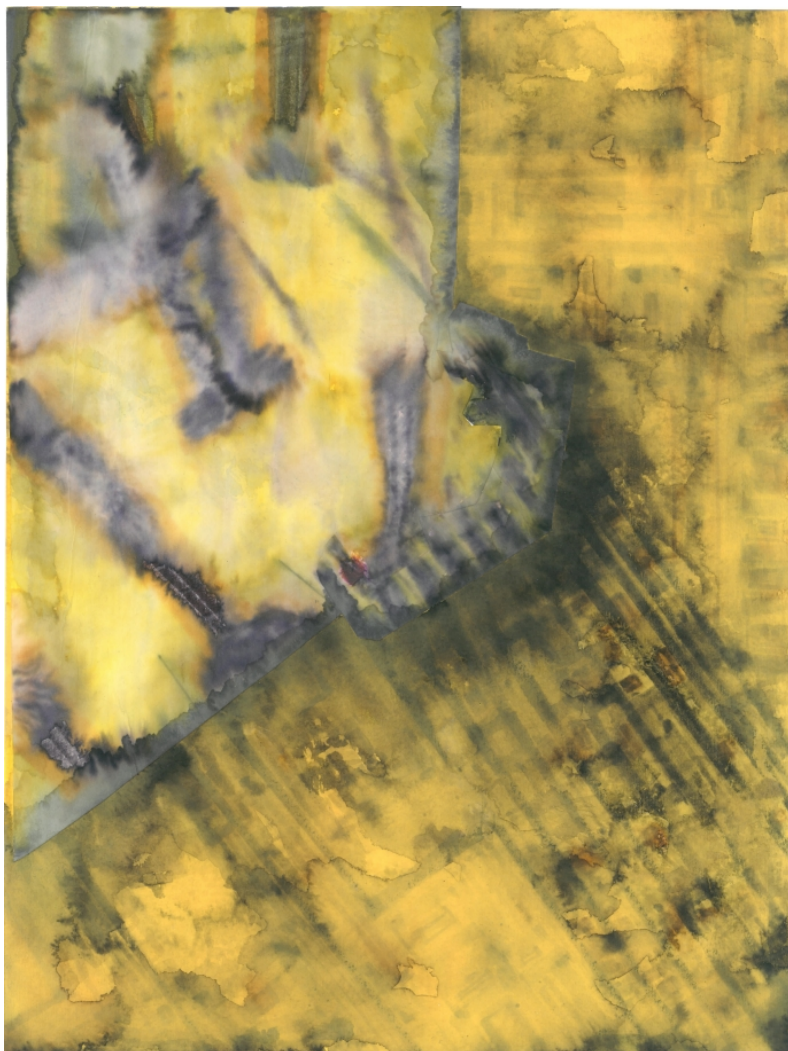
Não tenho recordações da infância. Até meus doze anos aproximadamente, minha história cabe em algumas linhas: perdi meu pai aos quatro anos, minha mãe aos seis, passei a guerra em vários pensionatos em Villard-de-Lans. Em 1945, a irmã de meu pai e seu marido me adotaram. Essa ausência de história me tranquilizou por muito tempo: sua aridez objetiva, sua aparente evidência, sua inocência, me protegia, mas do que ela me protegia, senão precisamente de minha história, de minha história vivida, de minha história real, de minha própria história, que, pode-se supor, não era nem árida, nem objetiva, nem aparentemente evidente, nem evidentemente inocente? “Não tenho recordações da infância”: eu fazia essa afirmação com segurança, quase com uma espécie de provocação. Não era preciso me interrogar sobre essa questão. Ela não estava inscrita em meu programa. Eu estava livre dela: uma outra história, a Grande, a História com H, já tinha respondido por mim: a guerra, os campos. (PEREC, 1975, p. 13)

Por sua vez, Winfried Georg Sebald relatou a longa “amnésia” de Jacques Austerlitz, que, em sua infância, tinha feito parte dos comboios do *Kindertransport*, aqueles trens da última hora que levavam crianças judias para a Inglaterra, salvando-as *in extremis* dos matadouros nazistas:

Eu já sentia na testa o torpor infame que prenuncia o declínio da personalidade, suspeitava que, na verdade, eu não possuía nem memória nem raciocínio, nem propriamente uma existência, que durante a minha vida inteira eu não fizera outra coisa a não ser me obliterar e voltar as costas ao mundo e a mim mesmo. (SEBALD, 2008, p. 125)

A difusão pré- (ou pós-) psicanalítica da noção de *trauma* não estaria negligenciando as lacunas da memória traumática? E simplificando excessivamente o processo de estratificação temporal próprio do trauma, tal qual iluminado, sob diferentes ângulos, por Freud, Sandor Ferenczi, ou Masud Kahn? O risco é de contentarmo-nos com uma visão demasiado óbvia e “factual” do trauma (o acontecimento torna-se o agente etiológico necessário e suficiente), de perdemos sua densidade, constituída de estratificações e de repetições.

A memória traumática



Andrea Jacchia, Incendie

O terceiro conjunto de perguntas diz respeito à fala traumática. Como dizer uma verdade que não pôde vir à tona por causa do trauma? Como falar, se o trauma impacta a narrativa e determina a perda de confiança nos outros? Robert Antelme relata isso desde o início de seu testemunho sobre a experiência do campo de concentração:

Há dois anos, durante os primeiros dias após nosso retorno, estávamos, penso que todos nós, em estado de um verdadeiro delírio. Queríamos falar, ser finalmente ouvidos. Disseram-nos que nossa aparência física, por si só, era bastante eloquente. Mas estávamos apenas voltando, trazíamos conosco nossa memória, nossa experiência viva, e sentíamos um desejo frenético de contá-la como ela era. E desde os primeiros dias, no entanto, parecia-nos impossível preencher a distância que descobríamos entre a linguagem de que dispúnhamos e essa experiência que, em grande medida, ainda estávamos buscando em nossos corpos. (ANTELME, 1996, p. 9)

Essas questões se tornam ainda mais complexas quando confrontadas com os testemunhos públicos. Não se trata de dizer que os acontecimentos traumáticos são indizíveis, mas sim que a relação entre trauma e palavra está longe de ser evidente. Nos últimos anos, muitas instituições políticas e midiáticas compartilharam a ideia de que a expressão pela fala poderia contribuir à elaboração do trauma.²⁹ A palavra de ordem aqui é: desbloquear a fala. A expressão pública é concebida, tal qual mostrariam os casos da África do Sul e de Ruanda, como uma experiência catártica indispensável para superar a tragédia e estimular a reconciliação.

Sem dúvida, como observa Maren Ulriksen-Vignar, o trabalho de mentalização após o trauma está ligado à capacidade circundante de acolher os testemunhos: “a elaboração psíquica individual é possível quando o reconhecimento e o registro do horror se fazem coletivamente” (ULRIKSEN-VIGNAR, 1989, p. 130). Em face da dificuldade de acreditar na inacreditável realidade dos campos, do aniquilamento, da tortura, a vítima tem necessidade de encontrar não apenas um interlocutor que aceite ouvir e escutar, mas também uma testemunha de seu próprio trauma. Nessa perspectiva, os

29 Além disso, em alguns casos, a fala faz parte dos procedimentos de verificação do direito de asilo: Élise Pestre (2010) mostra que os administradores competentes estudam cuidadosamente as narrativas dos refugiados para determinar a veracidade do trauma. Agradeço a Marianne Amar por essa referência.

espaços coletivos onde o trauma é reconhecido pelos “outros” e nomeado em relação à grande história podem ajudar a vítima a escapar do isolamento traumático.³⁰ Todavia, o uso da fala (especialmente em público) não é um ato inocente. Não estaria ela tentando simular uma estratégia de esquecimento e o desejo de um retorno precoce à normalidade, de promover a negação? E se, por exemplo, o fato de concentrar-se nas vítimas constituísse uma defesa contra elementos de identificação com os perpetradores? Por outro lado, falar pode ser uma fonte de re-traumatização ou de re-vitimização.³¹ Como Rachel Rosenblum constata, pode-se sucumbir ao falar da catástrofe: “Pode-se morrer pelo fato de certas coisas nunca terem sido ditas. Mas também pode-se morrer por terem sido ditas, por terem sido ‘mal’ ditas, ou ‘mal’ ouvidas, ou ‘mal’ recebidas” (ROSENBLUM, 2000, p. 114). Desse ponto de vista, a narrativa, suscetível de regenerar a recordação da experiência traumática, requer condições particulares, que raramente são respeitadas pelas mídias.

Referências

ADORNO, Theodor W. *et al. Études sur la personnalité autoritaire* [1950]. Paris: Allia, 2007.

ALEXANDER, Jeffrey C. Toward a Theory of Cultural Trauma. In: ALEXANDER, Jeffrey C. *et al. Cultural Trauma and Collective Identity*. Berkeley: University of California Press, 2004. p. 1-16.

ALPHEN Ernst Van. *Caught by History: Holocaust Effects in Contemporary Art, Literature, and Theory*. Stanford: Stanford University Press, 1997.

ALTOUNIAN, Janine. *Ouvrez-moi seulement les chemins d'Arménie: Un Génocide aux déserts de l'inconscient*. Paris: Les Belles Lettres, 1990.

ALTOUNIAN, Janine. *La Survivance: Traduire le trauma collectif*. Paris: Dunod, 2000.

ALTOUNIAN, Abraham; Altounian, ALTOUNIAN, Janine (dir.). *Mémoires*

30 A esse respeito, Dori Laub (1992) acredita que, se a sociedade tivesse dado aos sobreviventes a oportunidade de compartilhar sua história de perseguição, muitas hospitalizações psiquiátricas poderiam ter sido evitadas.

31 Sobre as abordagens idólatras e fetichistas da Shoah, ver as observações de Eric L. Santer (1992).

du génocide arménien: Héritage traumatique et travail analytique. Paris: PUF, 2009.

ANTELME, Robert. *L'Espèce humaine* [1947]. Paris: Gallimard, 1996.

ASSMANN, Aleida. La thèse de la culpabilité collective. Un traumatisme allemand? *Le Débat*, n. 124, p. 171-188, 2003.

BAIER, Lothar. *Un Allemand né de la dernière guerre: Essai à l'usage des Français*. Paris: Éditions Complexe, 1985.

BANKERT, Kelsey. *The Architecture of Trauma: Daniel Libeskind in New York City and Berlin*. CreateSpace Independent Publishing Platform, 2013.

BENNETT, Jill. *Empathic Vision: Art, Politics, Trauma*. Stanford: Stanford University Press, 2005.

BETTELHEIM, Bruno. *Survivre*. Paris: Robert Laffont, 1979.

BOKANOWSKI, Thierry. Traumatisme, traumatique, trauma. Le confit Freud/Ferenczi. *Conférence Société psychanalytique de Paris*, 2001 (en ligne: <http://www.spp.asso.fr/main/conferencesenligne/Items/14.html>).

CAMON, Ferdinando. *Conversations avec Primo Levi*. Paris: Gallimard, 1991.

CAPLAN, Eric. Trains and Trauma in the American Gilded Age. In: MICALE Mark S.; LERNER, Paul (dir.). *Traumatic Pasts: History, Psychiatry, and Trauma in the Modern Age, 1870-1930*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001. p. 57-77.

CARUTH, Cathy (dir.). *Trauma: Explorations in Memory, Narrative and History*. Baltimore-London: The Johns Hopkins University Press, 1996.

CHARCOT, Jean-Martin. *Leçons sur les maladies du système nerveux*. Paris: A. Delahaye, 1872-1883. (3 volumes.)

CHERKI, Alice. Ni honte ni gloire. In: CHEMLA, Patrick (dir.). *Actualités du trauma*. Paris, Erès, 2002. p. 103-112.

DAVOINE, Françoise; GAUDILLIERE, Jean-Max. *Histoire et trauma: La Folie des guerres* [2004]. Paris: Stock, 2006.

DAVOINE, Françoise. *Don Quichotte pour combattre la mélancolie*. Paris: Stock, 2008.

DOUVILLE, Olivier. Des psychanalystes sous la Première Guerre mondiale: de la névrose traumatique à la folie traumatique. *Bulletin de psychologie*, n.

531, p. 237-251, 2014.

DREYFUS, Silvie. Freud, le trauma: culpabilité et détresse. In: BRETTE, Françoise; EMMANUELLI, Michèle; PRAGIER, Georges (dir.). *Le Traumatisme psychique: Organisation et désorganisation*. Paris: PUF, 2005. p. 11-26.

EPSTEIN, Helen. *Le Traumatisme en héritage: Conversations avec des fils et des filles de survivants de la Shoah* [1979]. Paris: Gallimard Folio, 2012.

ERIKSON, Kai. *Everything in its Path: Destruction of Buffalo Creek*. New York: Simon & Schuster, 1976.

EYERMAN, Ron. Cultural Trauma. Slavery and the Formation of African American Identity. In: ALEXANDER, Jeffrey C. et al. *Cultural Trauma and Collective Identity*. Berkeley: University of California Press, 2004. p. 60-111.

FASSIN, Didier; RECHTMAN, Richard. *L'Empire du traumatisme: Enquête sur la condition de victime*. Paris: Flammarion, 2007.

FELMAN, Shoshana. *The Juridical Unconscious: Trials and Traumas in the Twentieth Century*. Cambridge: Harvard University Press, 2002.

FERENCZI, Sandor. Principe de relaxation et néocatharsis [1930]. In: FERENCZI, Sandor. *Psychanalyse: Œuvres complètes, 1927-1933*. Paris: Payot, t. IV.

FREUD, Sigmund. Carta de 6 de dezembro de 1896. In: MASSON, Jeffrey Moussaieff (ed.). *A correspondência completa de Sigmund Freud para Wilhelm Fliess - 1887-1904*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Imago, 1986. p. 208-216.

FREUD, Sigmund. *Actuelles sur la guerre et la mort* [1915]. In: FREUD, Sigmund. *Œuvres complètes*, t. XIII, 1914-1915. Paris: PUF, 1988. p. 125-155.

FREUD, Sigmund. *Au-delà du principe de plaisir* [1920]. In: FREUD, Sigmund. *Œuvres complètes*, t. XV, 1916-1920. Paris: PUF, 1991. p. 273-338.

FREUD, Sigmund. (1895). Projeto para uma psicologia científica. In: FREUD, Sigmund. *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud, volume I*. Tradução sob direção geral de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 333-454.

FREUD, Sigmund. *Lettres à Wilhelm Fliess, 1887-1904*. Paris: PUF, 2006.

FREUD, Sigmund. (1920). Além do princípio do prazer. In: FREUD, Sigmund. *Obras completas, volume 14*. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. p. 161-239.

FREUD, Sigmund. (1895). *Obras Completas, volume 2: Estudos sobre a Histeria (1893-1895)*, em coautoria com Josef Breuer. Tradução de Laura Barreto. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

FREUD, Sigmund. (1939). Moisés e o monoteísmo. In: FREUD, Sigmund. *Obras Completas, volume 19*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 13-188.

GAUDILLIERE, Jean-Max. De la mémoire, du trauma, du transfert, à partir de l'itinéraire de W. R. Bion. *Journal français de psychiatrie*, n. 36, p. 13-16, 2010.

GIGLIOLI, Daniele. *Senza trauma. Scrittura dell'estremo e narrativa del nuovo millennio*. Turin: Einaudi, 2011.

GIESEN, Bernhard. The Trauma of Perpetrators. The Holocaust as Traumatic reference of German National Identity. In: ALEXANDER, Jeffrey C. *et al. Cultural Trauma and Collective Identity*. Berkeley: University of California Press, 2004. p. 112-154.

HARRINGTON, Ralph. The Railway Accident: Trains, Trauma and Technological Crisis in Nineteenth Century Britain. In: MICALE Mark S.; LERNER, Paul (dir.). *Traumatic Pasts: History, Psychiatry, and Trauma in the Modern Age, 1870-1930*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001. p. 31-56).

HARTMANN, Geoffrey. On Traumatic Knowledge and Literary Studies. *New Literary History*, v. 26, n. 3, p. 537-563, 1995.

HIRSCH, Marianne. Family Pictures: Maus, Mourning, and Post-Memory. *Discourse*, v. 15, n. 2, p. 3-29, 1992.

JANET, Pierre. *L'Automatisme psychologique*. Paris: Alcan, 1889.

KANSTEINER, Wulf; WEILNBÖCK, Harald. Against the Concept of Cultural Trauma. Or How I Learned to Love the Suffering of Others without the Help of Psychotherapy. In: ERLI, Astrid; NÜNNING, Ansgar (dir.). *Cultural Memory Studies. An International and Interdisciplinary Handbook*. Berlin: De Gruyter, 2008. p. 229-240.

KAËS, René. Ruptures catastrophiques et travail de la mémoire. In: PAGET, Jean et al. *Violence d'État et Psychanalyse*. Paris: Dunod, 1989. p. 185-188.

KAPLAN, E. Ann, WANG, Bang (dir.). *Trauma and Cinema: Cross-Cultural Explorations*. Hong Kong: Hong Kong University Press, 2004.

KHAN, Masud. *Le Soi caché* [1974]. Paris: Gallimard, 1976.

KORFF-SAUSSE, Simon. La mémoire en partage. *Revue française de psychanalyse*, t. 64, n. 1, p. 97-111, 2000.

LACAPRA, Dominick. *Writing History, Writing Trauma*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2001.

LAUB, Dori. Bearing Witness, or the Vicissitudes of Listening. In: FELMAN, Shoshana; LAUB, Dori (dir.). *Testimony: Crises of Witnessing in Literature, Psychoanalysis, and History*. New York: Routledge, 1992. p. 57-74.

LAUB, Dori; AUERHAHN, Nanette C. Knowing and not Knowing Massive Psychic Trauma: Forms of Traumatic Memory. *International Journal of Psycho-Analysis*, n. 74, p. 287-302, 1993.

LERNER, Paul. From Traumatic Neurosis to Male Hysteria: The Decline and Fall of Hermann Oppenheim, 1889-1919. In: MICALE Mark S.; LERNER, Paul (dir.). *Traumatic Pasts: History, Psychiatry, and Trauma in the Modern Age, 1870-1930*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001. p. 140-171.

LEVI, Primo. Les mots, le souvenir, l'espoir. Entretien avec Marco Vigevani. In: Marco Belpoliti (dir.). *Conversations et entretiens, 1963-1987*. Paris, Bibliothèques 10-18, 2000.

LEYS, Ruth. *Trauma: a Genealogy*. Chicago: Chicago University Press, 2000.

MICALE, Mark S. Jean-Martin Charcot and *les névroses traumatiques*: From Medicine to Culture in French Trauma Theory of the Late Nineteenth Century. In: MICALE, Mark S.; LERNER, Paul (dir.). *Traumatic Pasts: History, Psychiatry, and Trauma in the Modern Age, 1870-1930*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001. p. 115-139.

MICALE, Mark S.; LERNER, Paul. Trauma, Psychiatry, and History: a Conceptual and Historiographical Introduction. In: MICALE, Mark S.; LERNER, Paul (dir.). *Traumatic Pasts: History, Psychiatry, and Trauma in the Modern Age, 1870-1930*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001. p. 1-27.

MITSCHERLICH, Alexander; MITSCHERLICH, Margarete. *Le Deuil impossible: Le fondement du comportement collectif* [1967]. Paris: Payot, 1972.

MOSSE, George. Shell Shock as a Social Disease. *Journal of Contemporary History*, v. 35, n. 1, p. 101-108, 2000.

NAQD, *REVUE D'ETUDES ET DE CRITIQUE SOCIALE*. Dossier L'expérience traumatique. Algérie, n. 18, 2003.

NEAL, Arthur. *National Trauma and Collective Memory: Major Events in the American Century*. Armonk, New York: M.E. Sharpe, 1998.

PESTRE, Élise. *La Vie psychique des réfugiés*. Paris: Payot et Rivages, 2010.

PEREC, Georges. *W ou le souvenir d'enfance*. Paris: Éditions Denoël, 1975.

RAPPAPORT, Ernest A. Beyond Traumatic Neurosis: a psychoanalytic study of late reactions to concentration camp trauma. *International Journal of Psychoanalysis*, v. 49, p. 719-731, 1968.

RIESMAN, David. *La Foule solitaire* [1950]. Paris: Arthaud, 1964.

ROSENBLUM, Rachel. Peut-on mourir de dire? Sarah Kofman, Primo Levi. *Revue française de psychanalyse*, t. 64, n. 1, p. 113-140, jan.-mars 2000.

ROTH, Michael S. *Memory, Trauma, and History: Essays on Living with the Past*. New York: Columbia University Press, 2011.

SALADIN, Catherine. Témoigner aujourd'hui. *Figures de la psychanalyse*, n. 8, p. 15-29, 2003.

SANTER, Eric L. History beyond the Pleasure Principle. In: FRIEDLÄNDER, Saul (dir.). *Probing the Limits of Representation: Nazism and the "Final Solution"*. Cambridge: Harvard University Press, 1992. p. 143-154.

SEBALD, Winfried Georg. *Austerlitz*. Paris: Actes Sud, 2002.

SEBALD, Winfried Georg. *Austerlitz*. Tradução de José Marcos Macedo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

SERRIER, Thomas. Günter Grass et la Waffen-SS. La mémoire maudite d'un prix Nobel allemand. *Vingtième Siècle: Revue d'histoire*, n. 94, p. 87-100, 2007.

SCHIVELBUSCH, Wolfgang. *The Culture of Defeat: The American South 1865, France 1871, Germany 1918*. Berlin: Fest, 2001.

SHAY, Jonathan. *Achilles in Vietnam. Combat, Trauma and the Undoing of Character*. New York: A Touchstone Book, Simon & Schuster, 1994.

SIMMEL, Ernst. L'hôpital psychanalytique et le mouvement psychanalytique

[1937]. In: POULAIN-COLOMBIER, Jacquelyne; CHRISTOPHE, Philippe. *Le Patient de la Psychanalyse, Le mouvement psychanalytique*. Paris: L'Harmattan, 2007. p. 55-62.

SMELSER, Neil. Psychological Trauma and Cultural Trauma. In: ALEXANDER, Jeffrey C. et al. *Cultural Trauma and Collective Identity*. Berkeley: University of California Press, 2004. p. 31-59.

SZTOMPKA, Piotr. The Trauma of Social Change: A Case of Postcommunist Societies. In: ALEXANDER, Jeffrey C. et al. *Cultural Trauma and Collective Identity*. Berkeley: University of California Press, 2004. p. 155-195.

ULRIKSEN-VIGNAR, Maren. La transmission de l'horreur. In: PUGET, Janine et al. *Violence d'État et Psychanalyse*. Paris: Dunod, 1989. p. 122-150.

VEGH, Claudine. *Je ne lui ai pas dit au revoir. Des enfants de déportés parlent*. Paris: Gallimard, 1979.

VIGNAR, Marcelo N. Violence sociale et réalité dans l'analyse. In: PUGET, Janine et al. *Violence d'État et Psychanalyse*. Paris: Dunod, 1989. p. 41-66.

VILLA, François; WEIL, Eva. Lettre à Nathalie... l'absente. In: LEVY, Ghyslaine (dir.). *L'Esprit d'insoumission: Réflexions autour de la pensée de Nathalie Zaltzman*. Paris: Campagne Première, 2011. p. 53-74.

WINTER, Jay. The Generation of Memory: Reflections on the "Memory Boom" in Contemporary Historical Studies. *Canadian Military History*, v. 10, n. 3, p. 57-66, 2001.

YOUNG, Allan. *The Harmony of Illusions: Inventing Post-traumatic stress disorder*. Princeton: Princeton University Press, 1995.

ZAJDE, Nathalie. *Enfants de survivants*. Paris: Odile Jacob, 1995.

ZALTZMAN, Nathalie (dir.). *La Résistance de l'humain*. Paris: PUF, 1999.